

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

281

INSCRIÇÕES 930-931



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2025

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Todos os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação | CEAACP

Toda a colaboração deve ser dirigida a:
fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas
Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL



CAPEAMENTO DE CIPO PRISMÁTICO
DA ARRIFANA, MAFRA
(*Conventus Scallabitanus*)

Em Novembro de 2024, o signatário CC identificou uma pedra decorada com aspecto muito antigo no pátio de uma vivenda na Arrifana, freguesia de Igreja Nova (Mafra), pertencente aos senhores Manuel Luís Agostinho de Araújo e Isabel Araújo. A ambos agradecemos a disponibilidade que nos permitiu este estudo e sua publicação.

Constatou-se ser um elemento funerário romano, nomeadamente um capeamento de cipo prismático (sobre estas peças ver Fernandes, 2020, pp. 203-207). Pertence assim a uma tipologia compósita que, na integralidade dos seus quatro componentes (base, fuste prismático, imposta e capeamento), forma uma sepultura monumental, de notáveis dimensões, que imita, na sua forma essencial, e em ponto grande, uma ara (Campos, 2019, pp. 113-114). No caso referente ao capeamento ora descoberto, o monumento original ultrapassaria por certo os dois metros de altura.

A presente peça, muito desgastada e com a parte superior cortada, foi, em certa altura, virada e, na sua face inferior, originalmente lisa, foi escavada uma cavidade, sendo assim transformada numa pia – destino de reutilização que partilha com muitos outros monumentos funerários romanos da mesma zona, tanto da mesma tipologia como de outras (havendo, por exemplo, numerosas *cupae* semelhantemente transformadas). Curiosamente, neste caso, a pia de pedra resultante foi mais tardiamente adaptada a tanque para lavar roupa, com o acrescento,

no interior, de uma rampa de cimento com ondulações para otimizar a esfrega, incluindo mesmo o recanto plano destinado a colocar a barra de sabão. Ficou assim funcionalmente idêntica aos tanques de cimento que, entre as décadas de 1920 e 1990, existiam em quase todas as casas de Lisboa e, também, nas vilas e aldeias circunvizinhas. No momento da sua identificação – e tal como se mantém – serve de vaso para plantas.

Dentro do repertório funerário romano de pedra que se encontra na região de Lisboa, constituído por monumentos em regra muito sóbrios, os capeamentos funerários têm a particularidade de serem profusamente decorados. Neste caso, todavia, o seu estado truncado e desgastado priva-nos de boa parte desta informação visual. Apesar disso, o que resta tem grande relevância.

A sua cronologia é difícil de determinar, uma vez que nem sequer temos o epitáfio que lhe correspondia, cujas formulação e grafia nos poderiam fornecer pistas. Assim, resta-nos propor a datação atribuída a estas peças em geral, sensivelmente a segunda metade do séc. I e o séc. II d. C.

É, sem dúvida, talhado em calcário lioz, embora esteja coberto de líquenes e a superfície da própria pedra não seja pois facilmente observável. Tem cerca de 67 cm de largura por 59 cm de comprimento, dimensões que serão muito próximas das originais, ao contrário da altura, que se circunscreve hoje a 33 cm, mas que poderia inicialmente ter mais 15 a 20 cm, a julgar pelos exemplares conhecidos.

A amputação dos elementos superiores do capeamento (ou seja, dos fastígios e *puluini*) deixa-nos apenas as decorações das faces verticais da parte inferior, estas em diferentes estados de conservação. A orientação original da peça é determinável pelas suas dimensões (uma vez que, tal como o fuste prismático correspondente, era de secção horizontal rectangular e não quadrada) e pela ausência de decoração na face posterior.

Assim, a face anterior (fig. 1), que estaria virada para o observador, acima do epitáfio que se encontrava exarado no fuste prismático, mostra uma decoração particularmente interessante, até agora inédita nesta tipologia e, mesmo, nos monumentos funerários do *municipium Olisiponense* em geral. Apesar do intenso desgaste, podemos observar dois campos rectangulares moldurados, simetricamente colocados, ambos de cerca de 17 x 11 cm (medidas interiores da moldura), com a representação de

um peixe no interior de cada um. Estes peixes estão em posição ligeiramente oblíqua, com a parte dianteira erguida, e afrontados em relação um ao outro. Entre os campos moldurados, tanto quanto é possível discernir, encontra-se uma haste vertical ladeada por linhas onduladas, porventura de natureza foliácea (fig. 2), embora a ondulação possa, talvez, ter alguma conotação aquática. Este motivo, com toda a verosimilhança, complementaria artisticamente o eixo da ora desaparecida palmeta que, acima do filete ou cordame medial, ainda perceptível na pedra, serviria de decoração central da parte superior do capeamento.

Quanto às demais faces, a posterior, como referido, é desprovida de decoração, apresentando-se lisa. A face direita – para o observador que se encontrasse frente ao monumento (fig. 3) – ostenta uma sucessão de espirais, aparentemente com uma pequena flor no centro de cada uma. A exígua área que resta da superfície da face esquerda permite-nos concluir que também aí se encontraria a mesma decoração. Tal é corroborado pela existência, no Faião (Sintra), de outro capeamento (actualmente em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, ref. inv. F/LR/80/14) no qual se encontra idêntico motivo decorativo, igualmente em ambas as faces laterais (sendo neste caso as faces anterior e posterior ocupadas por um motivo comumente designado como “portas celestes”, com diversos exemplos conhecidos em peças deste tipo no espaço do *municipium*). É, aliás, de supor que o capeamento ora em estudo, do ponto de vista da sua produção, seja proveniente das oficinas de cantaria do Faião (do qual dista cerca de sete quilómetros em linha recta), que sem dúvida existiriam no *pagus marmorarius* aí situado em época romana (Cardim-Ribeiro, 2025, p. 77).

Não é fácil determinar a espécie dos peixes representados, devido em grande medida à erosão da pedra. Sendo peixes fusiformes, aparentemente sem barbatanas pronunciadas, poderão pretender figurar sardinhas (talvez mesmo em tamanho natural, pois têm cerca de 14 cm de comprimento), o que nos leva a pôr a hipótese de que esta decoração possa significar estarmos em presença do túmulo de um indivíduo ligado à exploração de recursos marítimos, possivelmente à produção de *garum* e similares. A monumentalidade da sepultura é compatível com os recursos de um *negotiator*. E a sardinha teria, na zona de *Olisipo* e nas suas áreas circundantes, um papel preponderante no fabrico

de preparados de peixe, cifrando-se em 90 % a sua presença entre os resíduos ícticos recolhidos nas fábricas regionais (Gabriel, 2021, pp. 42-44; Assis e Amaro, 2006; Gabriel, Fabião e Filipe, 2009; Fabião *et al.*, 2021, pp. 132-135).

A inusitada decoração pisciforme traz à mente, dentro da *Lusitania*, uma cupa de Alcáçovas, Viana do Alentejo (*CIL* II 86 = *IRCP* 427), que apresenta, numa das extremidades, a representação gravada de dois peixes simétricos (neste caso de costas um para o outro), hipoteticamente gorazes (Encarnação, 1984, p. 505).

Outro exemplo possível, mais relevante, provém de *Valentia*: um capeamento de monumento funerário (Jiménez, 1995), fragmentado mas que, no seu estado original, teria 105 cm de largura por 105 cm de comprimento, é particularmente pertinente para a comparação que ora fazemos, pois na sua face frontal apresenta duas criaturas ictiomorfas (em representações algo estilizadas, mas que poderão ser golfinhos) simetricamente afrontadas. Apesar de este capeamento, decerto devido às suas grandes dimensões, estar publicado como elemento superior de mausoléu (reconstituído como torre funerária na fig. 1 de Jiménez, 1996), não nos parece, na realidade, impossível que pudesse ter encimado um monumento funerário de fuste monolítico, de tipologia próxima às dos cipos olisiponenses (muito embora seja uma questão de pouca importância, dada a correspondência formal entre os cipos prismáticos e certos tipos de torres funerárias). Isto porque – tendo em mente que a largura e espessura dos capeamentos seria igual, como dissemos, à dos fustes correspondentes –, existem comprovadamente cipos prismáticos no *municipium Olisiponense* com dimensões aproximadas – embora menores –, como um de Bucelas (*CIL* II 313) com cerca de 91 cm de largura por 84 cm de espessura, ou um de Lisboa com 95 x 90 cm (*FIO-CE* I 120). Chegaram igualmente a nós capeamentos de dimensões também notáveis, como um com 84 x 76 cm, recentemente identificado em Alcácer do Sal, mas que será, com toda a probabilidade, originário da zona do Faião (*FE* 265, 2024, n.º 888, e estudo mais desenvolvido a ser publicado muito em breve: Gomes e Campos, n. p.).

Seja a peça de Valência, contudo, capeamento de cipo prismático ou de uma pequena torre funerária, partilharia sem dúvida a funcionalidade e, até certo ponto, a decoração, com o

capeamento da Arrifana ora em estudo. Outros dois capeamentos da mesma área com pares de peixes muito estilizados (ou golfinhos, estando assim classificados em Jiménez 1995 e 1996) terão dimensões mais próximas dos regulares capeamentos olisiponenses. Não cabe aqui fazer um estudo sobre representações deste tipo em monumentos funerários – seria empresa para outro âmbito –, mas há, de facto, vários exemplos, como ainda numa estela funerária de Sória (*ERPS* 80).

As tipologias funerárias romanas olisiponenses têm, como regra, a paucidade decorativa, sendo constituídas por monumentos de linhas algo minimalistas (embora desconheçamos eventuais decorações pintadas), mas os capeamentos fogem à dita regra, apresentando numerosos motivos decorativos, muitos de natureza vegetalista. É, porém, este o primeiro exemplar regional em que se encontra uma representação do mundo animal. Julgamos, pois, estar na presença de um caso que poderá reflectir uma razão específica directamente ligada ao encomendante da sepultura. Não parecendo provável que se trate de um qualquer sinal de Cristianismo precoce (o que poderia ser sugerido pela presença dos peixes), nem constituindo uma habitual decoração funerária, pelo menos localmente, julgamos mais verosímil, como atrás referido, pertencer esta pedra à morada final de um indivíduo, evidentemente com poder económico, ligado a actividades de exploração de recursos marinhos, os quais seriam nessa altura imensamente abundantes, quer no grande mar Atlântico, quer no então vasto estuário que circundavam a península olisiponense¹.

RICARDO CAMPOS*

CARLOS MANEIRA E COSTA**

MARTA MIRANDA***

¹ Agradecemos as informações prestadas por José Cardim-Ribeiro, Alexandre Gonçalves, Catarina Gaspar e Helena Gimeno.

* Investigador da Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, Universidade de Lisboa.

** Arqueólogo da Câmara Municipal de Mafra.

*** Arqueóloga da Câmara Municipal de Mafra.

Bibliografia:

CIL II = *Corpus Inscriptionum Latinarum* II – v. Hübner, 1869.

ERPS = Jimeno, 1980.

FE = *Ficheiro Epigráfico*.

FIO-CE = Guerra *et al.*, 2024.

ASSIS, Carlos; AMARO, Clementino (2006) – Estudo dos restos de peixe de dois sítios fabris de *Olisipo*. *Setúbal Arqueológica*, 13, pp. 123-144.

CAMPOS, Ricardo (2019) – A diversidade dos monumentos funerários no *ager Olisiponensis*. In CAESSA, Ana; CAMPOS, Ricardo (eds.) – *Lisboa Romana, Felicitas Iulia Olisipo: Os monumentos epigráficos*, Lisboa: Caleidoscópio, pp. 99-117.

CARDIM-RIBEIRO, José (2025) – *Da ciuitas de Felicitas Iulia Olisipo e seu ager e da prática epigráfica* (= *Estudos & Memórias*, 27), Lisboa: Uniarq – CEC.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra: Instituto de Arqueologia.

FABIÃO, Carlos; FILIPE, Iola; DIAS, Maria Isabel; TRINDADE, Maria José; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GABRIEL, Sónia; COELHO, Manuela Dias (2021) – A haliêutica no Período Romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 24, pp. 119-141.

FERNANDES, Lúcia (2020) – A decoração arquitectónica de *Felicitas Iulia Olisipo*. In FERNANDES, Lúcia; FERNANDES, Paulo (coords.) – *Lisboa Romana: A capital urbana de um Município de Cidadãos Romanos – Espaços de representação de cidadania*, Lisboa: Caleidoscópio, pp. 191-213.

GABRIEL, Sónia (2021) – As primeiras conservas de sardinha de Lisboa. In FABIÃO, Carlos; NOZES, Cristina; CSRDO, Guilherme (eds.) – *Lisboa Romana. A Cidade Produtora (e Consumidora)*, Lisboa: Caleidoscópio, pp. 37-45.

GABRIEL, Sónia; FABIÃO, Carlos; FILIPE, Iola (2009): Fish remains from the Casa do Governador – A Roman fish processing factory in *Lusitania*. In MAKOWIECKI, Daniel; HAMILTON-DYER, Sheila; RIDDLER, Ian; TRZASKA-NARTOWSKI, Nicola; MAKOHONIENKO, Mirosław (eds.) – *Fishes, Culture, Environment: Through Archaeoichthyology, Ethnography & History. The 15th Meeting of the ICAZ Fish Remains Working*

Group (FRWG), (= *Środowisko i Kultura*, 7), Poznań: Bogucki Wydawnictwo Naukowe, pp. 117-119.

GOMES, Maria João; CAMPOS, Ricardo (no prelo) – *Sobre o capeamento de cipo funerário da uilla romana do Porto da Lama*, Alcácer do Sal.

GUERRA, Amílcar; ENCARNÇÃO, José d'; CARDIM-RIBEIRO, José; TEIXEIRA, Sílvia (coords.) (2024) – *Felicitas Iulia Olisipo: Corpus Epigráfico*, I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa (= FIO-CE I).

HÜBNER, Emil (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin: apud Georgium Reimerum. (= CIL II).

JIMÉNEZ SALVADOR, José Luis (1995) – Un monumento funerario romano en forma de altar procedente de Valencia. *Sagvntvm*, 29, pp. 211-220.

JIMÉNEZ SALVADOR, José Luis (1996) – Monumentos funerarios romanos de *Valentia*. *Saitabi*, 46, pp. 181-194.

JIMENO, Alfredo (1980) – *Epigrafía romana de la provincia de Soria*. Soria: Publicaciones de la Diputación Provincial de Soria (=ERPS).

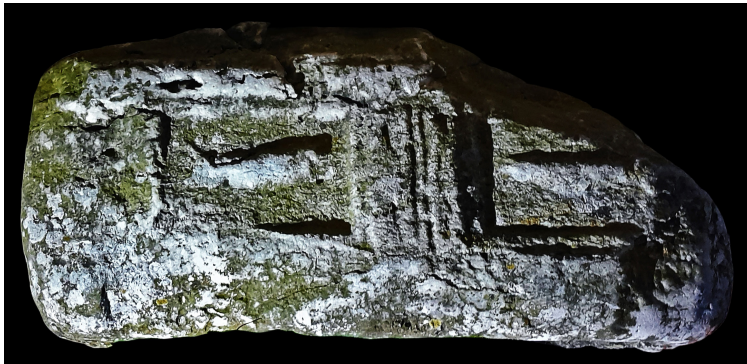


FIG. 1

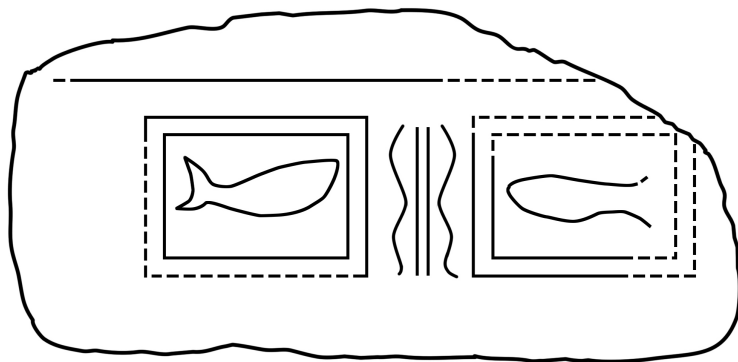


FIG. 2



FIG. 3

ALTAR DE CIBELES DE A ESTRADA (PONTEVEDRA)
(*Conventus Lucensis. Hispania Citerior*)

La provincia de Pontevedra, reconocida epigráficamente por el descubrimiento de la gran serie de altares del Facho de Donón¹, ha proporcionado también un importante volumen de inscripciones en otros emplazamientos, con una especial densidad en la zona de Caldas de Reis – A Estrada, en el norte de la provincia. De aquí procede un nuevo altar dedicado a Cibeles que, pese a su estado fragmentario, es del máximo interés².

El monumento fue descubierto en torno al año 2005, cuando formaba parte de un muro que delimitaba un camino rural, cerca del lugar de Souto (parroquia de Santo André de Souto, concello de A Estrada, provincia de Pontevedra). Esta parroquia está situada en el extremo meridional del concello,

¹ M. Koch, Monte do Facho I. *Die epigraphische Hinterlassenschaft des römischkeltischen Heiligtums auf dem Monte do Facho (O Hío / Cangas, Galicien). El legado epigráfico del santuario céltico-romano en el Monte do Facho (O Hío / Cangas, Galicia)*, (*Madrider Beiträge*, 38. 2), Berlin 2019; J. C. Búa Carballo et al., Catálogo de inscricións do monte do Facho, en: J. C. Búa Carballo – B. García Turnes (eds.), *Documentación epigráfica do teónimo deus Lar Berobreus. Edición e comentario lingüístico (Tesoro paleogalaico I. Teonimia)*, Santiago de Compostela 2024, 177-310.

² Agradecemos a D. Xosé Manuel Nogueira Rodríguez las facilidades para documentar el altar y la entrega del mismo al Museo de Pontevedra. Nuestra gratitud también para D. Manuel Rodríguez Calviño, que nos dio noticia de la existencia de la pieza y acompañó a uno de nosotros en las tareas de localización.

haciendo límite con los de Cuntis, Campo Lameiro y Cerdedo-Cotobade. En las proximidades del lugar de hallazgo no están documentados yacimientos arqueológicos de época romana que puedan ponerse en relación con esta pieza que, por el momento, debe considerarse un hallazgo aislado. Fue descrito por S. Vázquez Collazo el 22 de mayo de 2025 en el domicilio de su propietario en Figueiroa de Abaixo (A Estrada). Se conserva en el Museo de Pontevedra, en donde ingresó gracias a las gestiones de la Fundación L. Monteagudo.

El altar está tallado en granito y presenta un coronamiento muy sencillo, sin molduraciones, saliente en origen por las cuatro caras y luego tallado en ambos laterales para adaptarlo como material de construcción. La parte inferior del fuste y el zócalo han desaparecido. En la cara superior se ha perdido el *pulvinus* izquierdo pero se conserva el del lado derecho, así como un *foculus* central. Las dimensiones totales de la pieza son de (48) x (27) x 20 cm. El fuste mide 28 x 27 x 16 cm. El pequeño *foculus* tiene un diámetro exterior de 7 cm. Se conservan tres líneas completas del texto y, en la parte inferior, se reconoce una cuarta con algunos caracteres fragmentarios. Las letras son muy irregulares; en la primera línea miden *circ.* 5 cm y en el resto de la inscripción *circ.* 4 cm. Hay una interpunción circular en la cuarta línea.

En la primera línea, con letras de mayor tamaño, se lee bien la voz DEVM, seguida en el segundo renglón del dativo MATRI; al final de esta segunda línea, un corte asilábico introduce el epíteto MAGNAE, que continúa en la tercera línea, con la particularidad de que la letra E final no se ha grabado por su posición inmediata a la preposición EX. El cuarto renglón, muy afectado por la fractura, debía iniciarse con las voces VISV o VOTO, con toda probabilidad abreviadas, aunque esta zona del renglón ha desaparecido. De esta mitad izquierda de la cuarta línea, antes de la interpunción, no quedan restos de letras identificables, pues un trazo vertical hoy visible podría ser un arañazo moderno. Detrás de la interpunción, se conservan dos ojos superiores de B, P o R seguidos de una O, por lo que hay que entender la presencia de las letras PRO. Ahí debe encontrarse el inicio de un nombre personal, seguramente un *cognomen* latino como *Proba/-us*, *Procula/-us*, etc., que se extendería a la quinta línea. No hay que descartar que, si VISV o VOTO se

abreviaron con una V, en la zona perdida del inicio de la línea cuarta hubiera un gentilicio abreviado. El estado de deterioro del soporte impide hacer cualquier propuesta de restitución en esta parte final del texto conservado.

La inscripción del altar dice:

Deum
Matri M-
agna<e> ex
[v(oto/-isu) ?]+ · Pro-

El orden normal de los elementos en las invocaciones epigráficas a Cibeles reserva el primer lugar para el dativo *Matri*, con soluciones como *Matri deum*, *Matri deum Magnae* o *Matri deum Magnae Idaeae*, abreviadas o sin abreviar. No es corriente la presencia del genitivo plural *Deum* como elemento inicial, aunque se reconoce en un texto de Lisboa³ en el que *T. Licinius Amaranthus* dedicó el altar a la *Deum Matri*. En otro texto de *Moesia inferior* el epígrafe se inicia con la invocación *Deum Matri Mag(nae)*⁴ y en Dugga (*Africa proconsularis*) se alude a un *templum deum Matris*⁵. Hay que recordar que en los demás testimonios del culto de Cibeles recuperados en Galicia, la parte española de la antigua *Gallaecia*, la invocación siempre adopta la forma *Matri deum*.

Y esos testimonios descubiertos en Galicia constituyen el segundo punto de interés de este altar. Estamos ante el único territorio de la Península Ibérica en donde las evidencias del culto de Cibeles aumentan a un ritmo constante con el paso de los años. Hay que recordar que, en 1967, en el mapa publicado

³ *CIL* II 178; M. J. Vermaseren, *Corpus cultus Cybelae Attidisque V. Aegyptus, Africa, Hispania, Gallia et Britannia (Études préliminaires aux religions orientales dans l'Empire romain, 50)*, Leiden 1986, 68 n.º 183; A. Guerra – S. Teixeira, *Corpus epigráfico de Olisipo*, en: A. Guerra – J. d'Encarnação – J. Cardim Ribeiro – S. Teixeira, *Felicitas Iulia Olisipo: Corpus epigráfico*. Vol. I. *Olisipo*, Lisboa 2024, 128 n.º 11, con fotografía.

⁴ *AE* 1935, 74. Dato tomado de la base de datos de Manfred Clauss (<http://www.manfredclauss.de>), consultada el 21 de junio de 2025.

⁵ *CIL* VIII 1489.

por García y Bellido⁶, Galicia sólo contaba con el perdido testimonio de Santiago de Albarellos (concello de Monterrei, Ourense)⁷. Hoy conocemos otros altares de Cibeles en San Xoán de Sardiñeiro (concello de Fisterra, A Coruña)⁸, Verín (Ourense)⁹, Xinzo de Limia (Ourense)¹⁰ y en el concello de A Estrada (Pontevedra) con el caso que nos ocupa.

Un último comentario merece la fórmula de la dedicación, que seguramente precedía al perdido nombre del dedicante. Al final de la tercera línea sólo se lee la preposición *ex*, por lo que al comienzo del cuarto renglón debió escribirse *visu* o *voto*, abreviado o sin abreviar. En Verín, la dedicación se hace *Matri deum ex visu*; en Xinzo de Limia se hace *Matri deum ex voto*; en Sardiñeiro se omite la preposición y sólo se escribe *sacrum*. Ni siquiera en el ámbito regional más próximo hay unanimidad en la construcción epigráfica de estas dedicaciones. En todo caso, en este nuevo altar de A Estrada se encuentra el único testimonio descubierto en las tierras noroccidentales de Hispania con el epíteto *Magna* referido a la *Mater deum*, lo que se puede entender como una mayor proximidad a los modelos epigráficos habituales en el resto del Imperio romano.

⁶ A. García y Bellido, *Les religions orientales dans l'Espagne romaine (Études préliminaires aux religions orientales dans l'Empire romain, 5)*, Leiden 1967, 43 y Fig. 2.

⁷ *CIL* II 2521; A. García y Bellido, *Les religions orientales...*, 53–54 n.º 14; M. J. Vermaseren, *Corpus cultus Cybelae Attidisque* V..., 72 n.º 193. Véase J. M. Abascal – M.ª P. González-Conde, *Aproximaciones epigráficas a la Gallaecia romana*, Betanzos 2024, 115–118, con la bibliografía anterior.

⁸ J. M. Abascal – A. López, Epigrafía romana de Galicia I. Provincia de A Coruña, Betanzos 2023, 386–389 n.º 124, con la bibliografía anterior y la primera fotografía publicada de esta pieza.

⁹ J. M. Abascal, Altar de Cibeles, de Verín, Ourense (Conventus Bracarum, Hispania citerior), *Ficheiro Epigráfico* 259, 2024, n.º 877.

¹⁰ X. Rodríguez González – M. Xusto Rodríguez, O mundo castrexo e a romanización na Alta Limia: Estado actual e perspectivas, en X. Rodríguez González (ed.), *Patrimonio cultural da Alta Limia. Discurso histórico e ordenación do territorio*, A Coruña 2013, 77 y 79–80; J. M. Abascal – M.ª P. González-Conde, *Aproximaciones...*, 125–127 con fotografía en fig. 1.

La inscripción no presenta elementos externos de datación y la paleografía irregular no permite realizar conjeturas al respecto. No obstante, el ámbito temporal de este tipo de dedicaciones, entre los siglos I y II, debería convenir también a este altar.

JUAN MANUEL ABASCAL PALAZÓN*

SANTIAGO VÁZQUEZ COLLAZO**

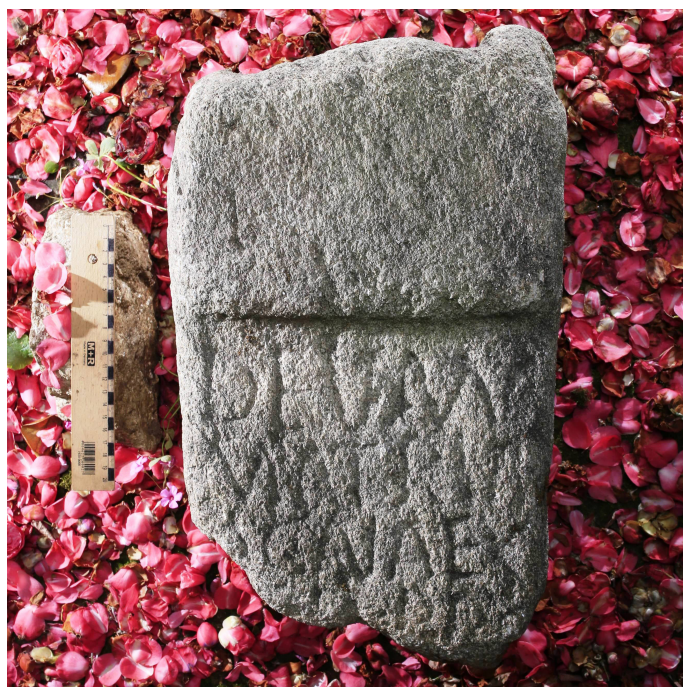


FIG. 1 – Altar de Cibeles de A Estrada. Fotografía: J. M. Salgado, 2025.

* Universidad de Alicante, juan.abascal@ua.es.

** Fundación L. Monteagudo (Betanzos, A Coruña),
secretario@fundacionlmonteagudo.com.

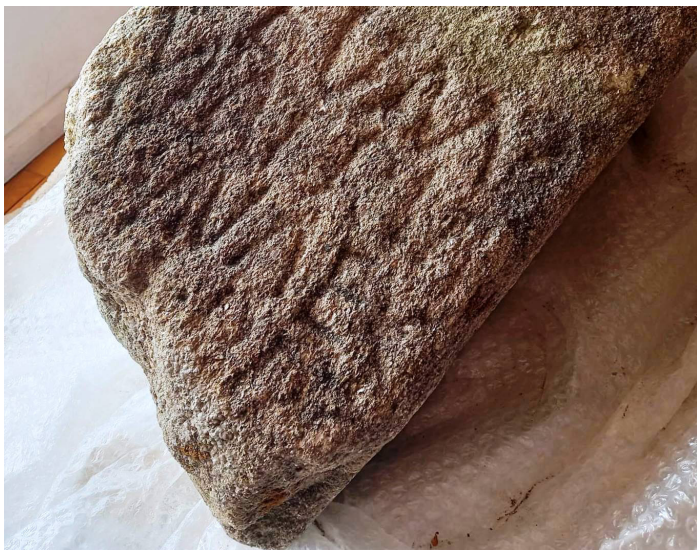


FIG. 2 – Detalle del extremo inferior del texto en el altar de Cibeles de A Estrada.
Fotografía: S. Vázquez Collazo, 2025.



FIG. 3 – Detalle del coronamiento del altar de Cibeles de A Estrada.
Fotografía: J. M. Salgado, 2025.